

CITAÇÃO E DESTACABILIDADE DE “FÓRMULA” E DE “PEQUENAS FRASES” NA MÍDIA IMPRESSA E DIGITAL BRASILEIRA: ESTRATÉGIAS DO DIZER

CITATION AND HIGHLIGHT OF “FORMULA” AND “SMALL PHRASES” IN THE PRINTED AND DIGITAL BRAZILIAN MEDIA: STRATEGIES OF SAYING

Marilena Inácio de Souza
Doutoranda em Estudos Linguísticos
Universidade Federal de São Carlos
(marilena-souza@uol.com.br)

RESUMO: De maneira geral, os meios de comunicação argumentam que, ao transmitirem uma determinada informação, o fazem com base na maior neutralidade possível. Nossa proposta é discutir alguns aspectos desse pseudo-trabalho neutro da mídia. Para tal, selecionamos um conjunto de enunciados que representam acontecimentos interpretados pela mídia e os analisamos à luz dos conceitos da Análise de Discurso de orientação francesa, mobilizamos mais especificamente os recentes trabalhos de Dominique Maingueneau (2005) e (2006) e Krieg-Planque (2010). Por meio deste aparato, procuramos evidenciar que embora a mídia assevere que as informações que veicula são dadas a circular com total isenção interpretativa, os diferentes suportes midiáticos ao noticiar determinados acontecimentos os realizam a partir de um posicionamento ideológico, produzindo um efeito de evidência objetiva.

Palavras-chave: Acontecimento discursivo; Fórmula discursiva; Pequenas frases; Mídia; Efeito de sentido

ABSTRACT: In general, Media uses to arguing that when a determined information is transmitted, the transmission is done on the basis of the highest possible neutrality. Our proposal is to argue some aspects of this neutral pseudo-work from the media. For such, we select a set of statements that represent events interpreted by the media and analyzed them based on the concepts of the French Discourse Analysis. We have mobilized more specifically the recent works of Dominique Maingueneau (2005) e (2006) and Krieg-Planque (2010). Through this apparatus, we attempt to uncover that, although the media advocates that the information are vehicled for total interpretative exemption, the different media supports, when announcing determined events, attempt to do it from an ideological position, producing an effect of objective evidence.

Key-words: discursive event; discursive formula; small phrases; media; effect of sense

Introduzindo a reflexão

Para dar conta minimamente da leitura de um conjunto de enunciados que representa alguns acontecimentos interpretados pela grande mídia¹, procuramos estabelecer um diálogo entre os conceitos de interdiscurso e memória discursiva de M. Pêcheux, (1997), (2006), a noção de fórmula discursiva de Alice Krieg-Planque (2010) e os conceitos de *sobreasseveração* e sua correlata *sobreasseverador* e *hiperenunciador* e *participação*, recentemente abordados por Dominique Maingueneau, (2005) e (2006). Tais conceitos nos ajudaram a

¹ Televisão, rádio, jornal, revista e internet.

compreender melhor como se dão os destaques enunciativos na mídia e, por conseguinte, a interpretação de determinados acontecimentos discursivos. Procuramos evidenciar que embora a mídia assevere que as informações que veicula são dadas a circular com total isenção interpretativa, os diferentes suportes midiáticos, ao noticiar determinados acontecimentos, realizam-nos a partir de um posicionamento ideológico, produzindo um efeito de evidência objetiva.

Este texto busca explicar a ocorrência de estruturas linguísticas resultante do trabalho do sujeito jornalista como uma estratégia socialmente trabalhada, dependente de discursos anteriores sobre os quais os interlocutores são levados significar.

Refletir discursivamente sobre alguns enunciados que representam acontecimentos interpretados pela mídia é, antes de tudo, aceitar que o discurso implica uma exterioridade, e cuja compreensão coloca em evidência aspectos ideológicos e históricos próprios à sua existência nos diferentes contextos. Em outros termos, tomar discursivamente as estruturas linguísticas, resultantes do processo interpretativo da mídia, significa compreendê-las em sua materialidade histórico-linguística e não apenas na ordem da língua, de sua construção gramatical sistêmica. Trata-se de pensar como um conjunto de condições sócio-históricas, enquanto princípio de controle e de delimitação, possibilita que o sujeito jornalista tome a fala de outros sujeitos, inserida nas mais diversas práticas discursivas, e a constitua na fonte de seu discurso, sem que, no entanto, se responsabilize por tal trabalho enunciativo.

Materialidades linguístico-discursivas socialmente trabalhadas: o efeito de ilusão objetiva

O trabalho interpretativo da mídia sobre determinados acontecimentos é um trabalho de (re)direcionamentos de sentidos. Ao evidenciar determinadas estruturas linguísticas como destaques enunciativos, a mídia retoma uma série de discursos “já ditos” que, ao mesmo tempo em que garante a legitimidade do seu dizer, exime-a de qualquer responsabilidade sobre o dito. Em geral, a mídia faz vir à tona, por meio de estratégias linguístico-discursivas, discursos que, embora façam parte da estruturação intratextual, participam também como memória de sua organização. Assim, a responsabilidade dos textos publicizados é atribuída a um locutor individuado.

Para tratar dessa questão, trazemos à discussão o vocábulo “democracia²” e suas distintas manifestações no contexto midiático brasileiro. Importante salientar que o termo “democracia” passa a circular de forma (re)corrente no contexto midiático brasileiro em meados dos anos 80, quando há a transição do período que representa o fim da ditadura militar para o regime governamental democrático. Nesse contexto, o elemento linguístico “democracia”, ao ser veiculado pela grande mídia, evoca uma série de acontecimentos históricos: o fim da ditadura, representado pela liberdade de expressão; o direito ao voto; o direito de ir e vir, e outros.

Da década de 80 aos dias atuais, o termo “democracia” ganhou novas configurações, isto é, passou a ser discursivizado em diferentes gêneros discursivos, ressoando em sua constante proliferação midiática, como, por exemplo, “é preciso “democratizar” o acesso a internet”, (utilizado frequentemente pela mídia na década de 90 e início dos anos 2000) ou, ainda e mais usualmente, o termo derivou para a neologia particular “democratização” que, por sua vez, passou a integrar diferentes enunciados midiáticos: “democratização do Brasil”; “democratização do ensino”; “democratização da informação”; “democratização da comunicação”; “democratização cultural”; “democracia racial”; “democratização do poder judiciário”; “democratização do Leste europeu”; “democratização da escola pública”; “democratização do ensino superior”; “democratização do conhecimento”; “democratização do acesso ao livro”, etc.;

O elemento linguístico “democratização” é percebido como um acontecimento discursivo, isto é, “o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2006, p. 19). Sua irrupção nas diversas práticas sociais instaura uma mudança rumo aos discursos públicos e propagandísticos. A *neologia* “democratização” também é comentada, na medida em que se torna sintoma de uma proliferação da categoria da “democracia”, no seio da sociedade brasileira.

O vocábulo “democracia” e suas variantes morfossintáticas fazem circular um conjunto complexo de posições, cujo peso carregam sozinhos, ocupando lugares nos discursos que os retomam e que fazem-nos eclodir. As distintas manifestações

² A palavra democracia tem sua origem na Grécia Antiga (demo=povo e kracia=governo). Este sistema de governo foi desenvolvido em Atenas (uma das principais cidades da Grécia Antiga). Embora tenha sido o berço da democracia, nem todos podiam participar nesta cidade. Mulheres, estrangeiros, escravos e crianças não participavam das decisões políticas da cidade. Portanto, esta forma antiga de democracia era bem limitada. Atualmente a democracia é exercida, na maioria dos países, de forma mais participativa. É uma forma de governo do povo e para o povo.

do termo “democracia” em diferentes gêneros discursivos e, em diferentes suportes midiáticos, corroboram não só o caráter de cristalização do termo “democracia”, mas também o inscreve numa dimensão discursiva, fazendo com que funcione como um referente social, ao mesmo tempo em que estabelece o seu aspecto polêmico. Em razão de sua dimensão discursiva, seu caráter cristalizador, referencial e polêmico chama-lo-e-mos de fórmula discursiva³.

A noção de fórmula não é uma noção aproximativa: as propriedades que a caracterizam - caráter cristalizado; dimensão discursiva; referente social; aspecto polêmico, são precisas. Entretanto, segundo Krieg-Planque (2010), uma fórmula é em si um objeto que se situa num *continuum*: uma sequência é mais ou menos fórmula conforme preencha mais ou menos cada uma das quatro propriedades que a caracterizam. A categoria de fórmula é, desse ponto de vista, uma “categoria fluida”, ou seja, gradual. Mas, ressalta a autora, de um lado, essas quatro propriedades podem estar presentes de modo desigual, por exemplo, cristalização forte, mas caráter polêmico fraco; e, de outro lado, cada propriedade é mais ou menos bem preenchida. As propriedades de que estamos falando só são de fato verificáveis em *continua*, e não mensuráveis em termos de presença ou ausência.

Ao tratar a discursividade das diferentes manifestações da fórmula em questão, compartilhamos a ideia de que

As formulações concorrentes não são sinônimos em língua da fórmula, de que uma análise sêmica, por exemplo, daria conta, ou algo que os dicionários de língua pudessem indicar; mas são sequências que funcionam de modo efetivo no discurso, como substitutos mais ou menos polêmicos, e mais ou menos mutuamente exclusivos (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 70).

A fórmula que deriva do vocábulo “democracia” é sustentada por uma forma significante estável. Conforme atesta Candel (1995 *apud* KRIEG-PLANQUE, 2010), da locução cristalizada à simples expressão fraseológica os limites são fluídos. Em sua primeira acepção, a fórmula “democracia” evoca o seu caráter problemático, cristalizando o acontecimento histórico que podemos chamar de o fim da ditadura militar. O vocábulo “democracia” se constitui enquanto fórmula dado ao

³ A noção de fórmula não é uma noção lingüística. Ela é, antes de mais nada, uma noção discursiva. A fórmula não existe sem os usos que a tornam uma fórmula. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 81). Segundo a autora, para se caracterizar enquanto fórmula ela precisa agregar quatro propriedades: ter um caráter cristalizado; se inscrever numa dimensão discursiva; funcionar como um referente social; comportar um aspecto polêmico.

seu caráter referencial relacional, isto é, está em relação paradoxal com a ditadura militar e tudo o que ela representa. Em suas distintas reutilizações pela mídia, essa fórmula dialoga com o sentido primeiro que a constituiu enquanto tal, garantindo assim a estabilidade de seu dizer. Ao ser destacada como manchete, ou como título de artigo, por exemplo, o sentido da fórmula se desloca do seu contexto e do seu contexto originais e torna-se objeto de comentário, portanto, motivo para ação.

Ao utilizar as diferentes variantes morfossintáticas derivadas do sintagma “democracia”, o sujeito enunciador, a partir de sua inscrição em determinada formação discursiva, retoma um discurso pré-asserido, isto é, um discurso “já lá”, que foi “pensado antes, independentemente, por alguém em algum lugar” e o faz digno de (re)memoração. O discurso pré-construído vai servir para instanciar um lugar na forma-sujeito em que todas as suas condições de produção foram apagadas. Assim, a produtividade lexicológica do vocábulo “democracia”, tais como: “democratizar”, “democratização”, “democrata”, produz um efeito de evidência no enunciado em que se realiza: apresenta-se como sendo algo incontestável e torna isentos, os sujeitos enunciadore, de qualquer responsabilidade por aquilo que (de)enuncia.

Fenômeno linguístico-discursivo que causa um efeito semelhante a esse é a recorrência de “pequenas frases⁴”, constituídas a partir do recorte da fala do outro, tais como as manchetes e os títulos de artigo jornalísticos. Discorreremos com mais afinco sobre esse fenômeno na próxima seção, mas, por ora apresentamos alguns exemplos, apenas para elucidar o seu caráter discursivo:

(01)- Eu sei o que você fez no verão passado⁵.

(02)- Hiperte(n)são: Ministro receita sexo cinco vezes por semana⁶.

(03)- Sim, nos podemos e vamos realizar as Olimpíadas⁷.

⁴ Enunciados curtos que, durante um curto período de tempo, vão ser intensamente retomados nos programas de informação. (MAINGUENEAU, 2006, p.80)

⁵ Título de artigo de opinião assinado por Otávio Cabral, veiculado na VEJA, 05 de novembro de 2008, p. 70. Neste artigo, Cabral associa o título à imagem de Renan Calheiros que diante da possibilidade de não vencer a disputa para ocupar uma cadeira do Congresso Nacional, ameaça denunciar seus adversários políticos.

⁶ Enunciado veiculado no jornal O GLOBO, 27/04/2010

⁷ Enunciado veiculado no jornal O GLOBO, 01/10/2009

Os exemplos arrolados são enunciados curtos, bem estruturados e ocupam uma posição tipograficamente realçada, (por se tratarem de manchetes ou título de artigo, ocupam um lugar de destaque no jornal). Ademais, apresentam um caráter generalizante, além de serem facilmente memorizáveis e reutilizáveis, ou seja, esses enunciados, embora apareçam como incontestáveis retomam uma série de discursos “já ditos”. São discursos que, embora façam parte da estruturação intratextual, participam também como fundamento, como memória de sua organização.

Em ambos os casos, o sujeito enunciador encontra o núcleo do efeito buscado, isto é, o enunciador produz algo de memorável: um enunciado digno de ser consagrado, antigo de direito, novo de fato. (MAINGUENEAU, 2006, p. 74). Nas palavras do autor francês,

Tal enunciado inaugura uma série ilimitada de retomadas, na medida em que se apresenta como o eco de uma série ilimitada de retomadas. Esse tipo de enunciado visa, portanto, produzir na realidade aquilo que não passa de uma pretensão enunciativa: apresentando-se como uma sentença já pertencente a um saber compartilhado, ele prescreve justamente por isso mesmo sua retomada ilimitada (MAINGUENEAU, 2006, p. 75).

As “pequenas frases” analisadas remetem a um conjunto de enunciados dos quais fazem parte, fazendo vir à tona os interdiscursos no espaço de memória. Isso significa que “o interdiscurso tem precedência sobre o discurso. (...) a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhido” (MAINGUENEAU, 2005, p. 21).

À luz do conceito de interdiscurso, observamos que tanto a fórmula derivada do termo “democracia”, quanto as “pequenas frases” elucidadas, constituem-se num espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos. Nesse sentido, retomamos Pêcheux (1997, p. 78), para quem “os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentarem, imediatamente, que este funcionamento não é integralmente linguístico”, uma vez que, também se encontra aí as condições de produção que envolvem os protagonistas e seus lugares de produção.

Ao tratar a discursividade inserida na fórmula “democracia” e suas variáveis morfossintáticas, bem como nas “pequenas frases”, admitimos que o

sentido muda segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam. Isso significa dizer que as palavras adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. E são essas instâncias “externas” que explicam tanto a “escolha” da seleção de enunciados, quanto a direção argumentativa que lhe imprime o sujeito/enunciador jornalista.

A fórmula discursiva “democracia” e as “pequenas frases” sob o efeito dasobresseveração/ sobreasseverador: estratégias do dizer

Para ampliar a discussão sobre o funcionamento discursivo dos enunciados arrolados na seção anterior, trazemos aqui o conceito de *sobresseveração* e sua correlata *sobreasseverador*, desenvolvido por Maingueneau (2006). Tais conceitos permitirão compreender melhor como se dão os destaques enunciativos, as *destextualizações* feitas pela mídia. De acordo com o autor, uma sequência *sobreasserida* num texto

É relativamente breve, de estrutura pregnante no plano do significante e/ou do significado; está em posição relevante no texto ou em uma passagem do texto [geralmente, no início ou no final do texto], de modo a lhe atribuir o estatuto de um condensado semântico, o produto de uma espécie de sedimentação da realização do discurso; é tal que sua temática deve estar em relação com o intuito do gênero de discurso, do texto em questão: trata-se de uma tomada de posição no interior de um conflito de valores; implica um tipo de amplificação da figura do enunciador, manifestada por um *ethos* apropriado (MAINGUENEAU, 2006, p. 79).

De acordo com Maingueneau, a *sobresseveração* está muito presente nas mídias contemporâneas, sob forma de enunciados destacáveis: a fórmula “democracia” e sua produtividade lexicológica, “democratizar” e “democratização”, associadas a outros termos, bem como a recorrência de “pequenas frases”, como as que elucidamos aqui, são bons exemplos desse fenômeno. Importante destacar que uma fórmula sempre receberá o estatuto de enunciado destacável embora o inverso nem sempre é verdadeiro.

Ao utilizar o enunciado destacável, “Eu sei o que você fez no verão passado”, o sujeito enunciador o remete a outro discurso, sobre o qual esse tem procedência: o discurso constitutivo do filme “EU SEI O QUE VOCÊS FIZERAM NO

VERÃO PASSADO⁸". Essa referência permite ao sujeito enunciador dialogar com os acontecimentos presentes no filme, fazendo-os emergir em um novo contexto, ou seja, há uma ressignificação desses acontecimentos. O discurso constitutivo do filme se desloca para uma nova configuração discursiva: o artigo de opinião de Ótávio Cabral. Ao trabalhar com o deslocamento do discurso de um lugar para o outro o sujeito enunciador jornalista (re)direciona o leitor para uma possível interpretação: Renan usará os mesmos artifícios (chantagem e vingança), presentes no filme, para conseguir o que almeja: voltar a ocupar um lugar de destaque no Congresso Nacional.

No caso do enunciado, "Hiperte(n)são: Ministro receita sexo cinco vezes por semana", o sujeito/enunciador jornalista recorta a fala do Ministro da saúde, José Gomes Temporão, de um contexto bem mais amplo⁹ e, assim, (re)direciona os sentidos daquilo que enuncia, isto é, o enunciador leva o leitor a acreditar que praticar sexo seria a atividade física mais indicada para diminuir a taxa de hipertensão entre os brasileiros. Contudo, no contexto em que está inserido o discurso proferido por Temporão, sexo é apenas uma das atividades físicas elencadas pelo ministro.

Do mesmo modo, o sujeito enunciador trabalha com o enunciado, "*Sim, nos podemos e vamos realizar as Olimpíadas*", proferido pelo presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, quando o Brasil venceu a disputa para sediar as Olimpíadas de 2016. Esse enunciado retoma o discurso proferido por Barack Obama, em seu discurso de posse: "Yes, We Can" (Sim, nós podemos). Ao retomar esse discurso, o sujeito enunciador nos possibilita fazer uma analogia do contexto de exclusão dos negros e de democratas na política americana e a desvalorização do Brasil diante das grandes potências mundiais. É como se o sujeito enunciador fizesse ver que assim como foi possível a Barack Obama vencer as eleições, no momento de crise econômica no sistema político republicano, historicamente marcado pelo preconceito contra os negros, agora é a vez de o Brasil romper as barreiras, mostrar que é capaz, que tem condições de sediar as Olimpíadas de 2016.

⁸ Escrito pelo mesmo escritor de Pânico, Kevin Williamson, e produzido por Jim Gillespie. O filme fez tanto sucesso fez tanto sucesso nas bilheterias americanas que a Columbia garantiu rapidamente a continuação "Eu Ainda Sei O Que Vocês Fizeram no Verão Passado".

⁹ Para ministro, sexo reduz pressão alta Diante da taxa de 28% de hipertensão entre os cariocas, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, recomendou mudança de hábitos alimentares e físicos, além de mais sexo - com proteção: "Iria propor sexo cinco vezes por dia", brincou, alarmando que sexo é tão benéfico quanto esporte.

Nas “pequenas frases” sob análise, os locutores-origem se encontram na posição de *sobreasseveradores* de enunciados que não foram formulados como tais. Tem-se aí um desacordo essencial entre os locutores efetivos: Renan Calheiros; José Gomes Temporão; e, Lula; e esse mesmo locutor considerado como *sobreasseverador* de um enunciado que foi destacado pela mídia. Os enunciados *sobreasseridos* nos levam a pensar na presença de um sujeito que *induz a uma tomada de posição exemplar*. A sequência *sobreasserida* estabelece uma asserção que garante ao leitor a veracidade e autenticidade sobre aquilo que (de)nuncia.

Quanto à fórmula “democracia” e suas variantes morfossintáticas, podemos dizer que elas participam do peso da história, um peso que lastreia os seus destinos individuais. Dito de outro modo, a fórmula em questão é portadora de um valor de descrição dos fatos políticos e sociais, portanto, ao ser utilizada em diferentes contextos suscita polêmicas. É nesse aspecto que as “pequenas frases” que trabalhamos aqui se diferenciam do caráter da fórmula oriunda do sintagma “democracia”, ou seja, tal fenômeno por mais cristalizado e ubíquo que seja, não é, na sua maior parte, em sua origem, portador de problemas sociopolíticos e é objeto de usos não conflituosos. O enunciado “EU SEI O QUE VOCÊS FIZERAM NO VERÃO PASSADO, por exemplo, mobilizado no campo das artes, não suscita polêmicas, entretanto, ao ser discursivizado na formação discursiva política seu caráter polemizador se manifesta.

Tendo em conta, pois a complexidade dos fenômenos abordados, guardando as suas devidas diferenças, mas levando em consideração as semelhanças que contemplam, postulamos que as escolhas linguísticas feitas pelo sujeito enunciativo jornalista em “democratização do Brasil”; “democratização do ensino”; “democratização da informação”; “democratização da comunicação”; “democratização cultural”; “democracia racial”; “democratização do poder judiciário”; “democratização do Leste europeu”; “democratização da escola pública”; “democratização do ensino superior”; “democratização do conhecimento”; “democratização do acesso ao livro”, e tantas outras manchetes em que a referida fórmula aparece, bem como a construção de “pequenas frases”, não são meras escolhas, mas, ao contrário, tratam-se de estratégias discursivas previamente elaboradas e utilizadas pelo sujeito jornalista para um fim específico: direcionar o leitor para uma possível leitura, bem como manter-se isento de qualquer

responsabilidade que sobre aquilo que enuncia.

Tanto a fórmula discursiva analisada, quanto as “pequenas frases” veiculam um conteúdo já dito, apontam para um discurso anterior, *pré-construído*, que se inscreve na formação discursiva da qual ele deriva. A ilusão de objetividade referencial, advinda dessa estratégia, decorre exatamente do fato de que os referentes, resultantes do processo de estruturação das sequências *sobreasseridas* foram construídos “fora”, em um discurso anterior, de responsabilidade pública.

Em ambos os casos, a *sobreasseveração* implica uma figura de enunciador que *não apenas diz, mas que mostra que diz o que diz e presume-se que o que ele diz condensa uma mensagem forte, induz a uma tomada de posição exemplar* (MAINGUENEAU, 2006, p. 89). A *sobreasseveração* estabelece uma asserção que leva a uma responsabilidade diante do mundo. Por meio da unidade de uma *sobreasseveração*, é a verdade que torna o movimento de sua manifestação sensível, ícone verbal pelo qual um sujeito se concentra em sua unidade imaginária. Trata-se de retornar para aquém da diversidade genérica, aquém mesmo da espacialidade do texto. Nos enunciados, postos como objetos de análise, o sujeito jornalista se constitui na figura de um *sobreasseverador*, isto é, alguém que se sobrepõe, que mostra o *ethos* de um homem autorizado, sob a influência de uma “Origem transcendente”, que estabelece valores, para além das interações e das argumentações. Nesse caso, o apagamento da relação com o contexto e co-texto acompanha um reforço do engajamento ilocutório.

Das práticas de *participação* ao efeito de *hiperenunciador*: estratégias discursivas na produção de sentidos

Nas seções anteriores, procuramos evidenciar que a fórmula discursiva derivada do lexema “democracia”, bem como a recorrência de “pequenas frases”, como manchetes e títulos de artigo jornalísticos, constituem-se a partir de discursos “já ditos” que neutralizam a fala do sujeito enunciador, conferindo estabilidade e objetividade ao seu dizer. Passamos agora a averiguar como os discursos evocados na materialidade linguística desses fenômenos atuam de forma preponderante na constituição dos sentidos ao mesmo tempo em que redirecionam o leitor para uma certa leitura interpretativa.

Para melhor compreensão do que estamos falando, recorreremos novamente a Maingueneau (2006), mais especificamente as noções de *participação* e de *hiperenciador*. Esses conceitos nos ajudarão a compreender melhor como se dá a significação, ressignificação e, até mesmo, o silenciamento de certos discursos pelo sujeito enunciador na construção dos sentidos. Permitem-nos pensar ainda no apagamento do sujeito enunciador diante dos discursos socialmente evocados na e pela linguagem nas práticas discursivas jornalísticas. Trazemos novamente os enunciados com os quais trabalhamos para melhor elucidar essa questão.

Partimos do pressuposto de que ao evidenciar a fórmula “democracia” ou uma de suas discursivizações como, por exemplo, “democratização do ensino” o sujeito enunciador se constitui num *hiperenunciador* que, ao evocar uma série de citações discursivas, se apaga diante delas, produzindo o efeito de autonomização do discurso. A essas citações evocadas, Maingueneau (2006) denomina de *participação*.

No sistema de *participação*, o enunciado citado torna-se um enunciado autônomo, ou porque ele é original (caso da fórmula democracia), ou porque foi previamente autonomizado mediante sua extração de um texto, como é o caso das “pequenas frases”: “Eu sei o que você fez no verão passado”; “Hiperte(n)são: Ministro receita sexo cinco vezes por semana”; “Sim, nos podemos e vamos realizar as Olimpíadas”. O discurso retomado, por meio do sistema de *participação*, presente nos enunciados destacados, funciona como uma instância responsável pela manutenção de memória coletiva, uma espécie de locutor coletivo, cujas vozes ecoam produzindo um efeito de apagamento do sujeito enunciador. Logo, podemos afirmar que o sujeito que cita torna-se um *hiperenunciador*, ou seja, um sujeito que evoca uma série de ocorrências de citações que lhe possibilita se escomotear por de traz das evidências. Dito de outro modo, o sujeito enunciador se constitui em um *hiperenunciador* que fala a partir de um determinado lugar ideológico e que, ao retomar um discurso citado, fá-lo por meio de um *ethos* enfático conveniente, transformando esse discurso em sequências sobreasseridas que funcionam como enunciados autônomos.

O locutor que cita, mostra sua adesão ao enunciado citado, que pertence àquilo que Maingueneau (2006) denomina um *Thesaurus* de enunciados, de contornos mais ou menos fluídos, indissociável de uma comunidade na qual

circulam esses enunciados e que, precisamente, se define de maneira privilegiada por compartilhar tal *Thesaurus*. Importante ressaltar que, tanto a fórmula derivada a do sintagma “democracia”, quanto as “pequenas frases” analisadas só produzem sentido porque fazem parte desse *thesaurus*. Assim, ao retomar um discurso conhecido e evidente, o *hiperenunciador* retoma valores socialmente estabelecidos, ao mesmo tempo em que garante a legitimidade de seu dizer. Podemos dizer que a *participação* é fundamentalmente uma forma particular de co-enunciação.

A *participação* gera um desnivelamento entre a voz “ordinária” do locutor que cita e uma voz que vem de fora, do social. No caso da fórmula sob análise ou das “pequenas frases” utilizadas pela mídia, como as que expusemos, não há a evidência da fonte do discurso citado, ou seja, há o apagamento do sujeito enunciativo, isto é, o *participador* se apaga de alguma maneira diante de um *hiperenunciador*. As práticas de *participação* produzem um desnivelamento enunciativo, e o locutor mostra que ele é apenas o porta-voz contingente de uma fala vinda não importa de onde, mas passível de ser assumida por qualquer membro da comunidade, de forma a mostrar o seu pertencimento. Há, com esse fenômeno, uma ruptura, estabelecida pelo sujeito enunciativo, no sentido de ausência de alteridade entre o sujeito enunciativo, de um lado, e aquilo que ele enuncia como sendo incontestável, de outro.

Um breve efeito de fim

No decorrer deste estudo, acreditamos ter evidenciado que, embora a mídia assevere que as informações que veicula são dadas a circular com total isenção interpretativa, os diferentes suportes midiáticos, ao noticiar determinados acontecimentos realizam-nos a partir de um posicionamento ideológico, produzindo um efeito de evidência objetiva. Por meio das análises propostas, verificamos como a língua em seu funcionamento enunciativo concorre para que o sujeito/ enunciativo jornalista tome a fala do outro e a constitua em sequências *sobreassuridas*, colocando-se na posição de um sujeito que diz o que diz sem que, no entanto, seja responsabilizado por aquilo que enuncia.

Podemos dizer que nos dois fenômenos linguístico-discursivos elucidados, o interdiscurso opera no intralinguístico e faz emergir os diferentes efeitos de sentido. Assim, a fórmula tomada como exemplo e suas distintas

manifestações, bem como as “pequenas frases”, manchetes e títulos de artigos, representam muito mais do que sequências linguísticas fechadas em si mesmas, uma vez que comportam a materialização de ideologias sociais. Ao evidenciá-las o sujeito enunciador jornalista retoma discursos anteriores que neutralizam a sua fala, bem como confere estabilidade e objetividade ao seu dizer.

A partir do exposto, é possível afirmar que o conjunto de condições histórico-linguísticas, enquanto princípios de controle e de delimitação discursiva, possibilita que o sujeito jornalista tome a fala de outros sujeitos, inserida nas mais diversas práticas discursivas, e a constitua na fonte de seu discurso. Ao fazer isso, o sujeito enunciador jornalista se constitui num *sobreasseverador* que se sobrepõe, tanto ao seu leitor, quanto ao outro cuja fala recorta, mostrando uma imagem de si, um *ethos* de um sujeito autorizado a realizar o trabalho de destaque da fala do outro, entretanto sem se responsabilizar por tal trabalho interpretativo. Isso implica dizer que esse sujeito *sobreasseverador* é, na verdade, um *hiperenunciador* que, ao se sobrepor ao discurso do outro, se apaga diante das vozes que o constitui.

A fórmula, bem como as “pequenas frases” midiáticas são, dessa forma, construções exemplares para mostrar a relação entre o discurso presente na linguagem e o discurso situado num “fora”, mas que é trazido à discussão pelas malhas da interdiscursividade. Por meio desses fenômenos, procuramos mostrar como o significado se constrói na e pela linguagem, nas diversas práticas sociais, já que o significado de um enunciado não se constrói nem em um pontuar direto com a realidade, nem a linguagem é um mecanismo desvairado de criação de mundo e realidade, mas existe entre esses dois extremos uma espessura em cujo interior o sujeito jornalista enunciador trabalha a relação consigo próprio e com o outro, construindo o seu lugar no mundo. Ponderamos que os diferentes discursos materializados nos enunciados analisados implicam uma exterioridade à língua, encontram-se no social e envolvem questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos materializados nas palavras quando elas são enunciadas.

Referências

COURTINE, J-J. **Metamorfose do discurso político: derivas da fala pública**. trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Claraluz, 2006.

MAINGENEAU, D. A Citação e a destacabilidade. In: ___ **Cenas da enunciação**. Trad. Roberto Leiser Baronas. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza e Silva (orgs). Curitiba-PR: Criar Edições, 2006. p. 72- 91;

_____. A noção de hiperenunciador. In ___ **Cenas da enunciação**. Trad. Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanbeiro. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza e Silva (orgs). Curitiba-PR: Criar Edições, 2006. p. 92- 110.

_____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba-PR: Criar Edições, 2005.

KRIEG-PLANQUE, A. **A noção de fórmula em análise do discurso: quadro teórico e metodológico**. Trad. Luciana Salazar Salgado & Sírio Possente. São Paulo-SP: Parábola, 2010.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3ª. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso-(AAD-69). In: GADET, F e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª. Ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. A Análise do Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª. Ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

_____. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas (1975). In: GADET, F e HAK, T. **Por uma Análise Automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª. Ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.